



AJS PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EIRELI - ME

CNPJ. 07.444.187/0001-61

ATESTADO DE CAPACIDADE TECNICA

Prestação de Serviços

AJS Prestação de Serviços Eireli - Me.

**Rua Jorge Lima, 06 Sala 104 - Parte I - Centro - Mesquita
Rio de Janeiro - CEP: 26.551-230**

**TELEFAX: (21) 3589-3423
contato.ajsservicos@gmail.com**

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para fins, que a empresa **AJS PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA – ME**, inscrita no CNPJ: **07.444.187/0001-61**, estabelecida na Rua Jorge Lima, nº 6 – Sala 104 – Parte I – Centro – Mesquita – RJ – CEP: 26.551, a qual Presta de modo satisfatório os serviços de **ASSEIO E CONSERVAÇÃO** serviços continuados de mão de obra, para o exercício da função, utilizando funcionários devidamente treinados para desempenharem suas funções; Outrossim, nada consta em nossos arquivos, que desabone a capacidade técnica e operacional na prestação dos serviços contratados.

1. DADOS DO CONTRATO.

Contratante: **PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO E EMPREGO**

CNPJ: **68.697.333/0001-5.**

Endereço: **Praça Pio X, nº 119, 6º andar, Centro - Rio de Janeiro - RJ**

DATA DO CONTRATO.

Início do Contrato: **01/12/2014**

Período do Contrato: **12 Meses.**

Valor do Contrato Mensal: **R\$ 23.248,67** (Vinte e três mil duzentos e quarenta e oito reais e sessenta e sete centavos).

2. EFETIVO:

09 (Nove) Postos de Serventes de Limpeza realizado de segunda á Sexta Feira, com uma hora de almoço, totalizando uma carga horária semanal de 44 horas semanais.

DOS LOCAIS DE EXECUÇÃO E QUANTITATIVO DE FUNCIONÁRIOS

1. POSTO CAMPO GRANDE - Rua Barcelos Domingos, n.º 162 - Campo Grande

- 2 (dois) funcionários

2. POSTO TIJUCA - Rua Camaragibe, n.º 25 – Tijuca

- 1 (um) funcionário

3. POSTO ILHA DO GOVERNADOR - Estrada do Dendê, n.º 2080 - Ilha do Governador

- 1 (um) funcionário

4. **POSTO JACAREPAGUÁ - Estrada do Guerengê, n.º 1630 - Taquara**

- 1 (um) funcionário

5. **POSTO MÉIER - Rua 24 de Maio, n.º 931 - Engenho Novo**

- 1 (um) funcionário

6. **POSTO REGIÃO PORTUÁRIA - Rua da América, n.º 81 - Gamboa**

- 2 (dois) funcionários

7. **POSTO MARECHAL HERMES - Rua Lourenço Marques, n.º 70 - Marechal Hermes**

- 1 (um) funcionário

Rio de Janeiro, 05 de fevereiro de 2015.

Patrícia Duarte

Patrícia Moreira Duarte de Almeida

Diretora de Administração da SMTE

11/170340-4



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO E EMPREGO

CONTRATO

CONTRATO SMTE Nº 012/2014

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO E EMPREGO, COMO CONTRATANTE, E A EMPRESA AJS PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA ME, COMO CONTRATADA, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA FORMA ABAIXO.

Aos 01 dias do mês de dezembro do ano de 2014, na Praça Pio X, nº 119, 5º andar, o **MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO**, através da **SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO E EMPREGO**, a seguir designada como **CONTRATANTE**, representada pelo Exmº. Sr. Secretário Municipal de Trabalho e Emprego, **AUGUSTO LOPES DE ALMEIDA RIBEIRO**, consoante delegação do Decreto "P" nº 034 de 1/01/2009, cédula de identidade nº 1054342041 SSP - RS, inscrito no CPF sob o nº 010.427.017-92 e a empresa **AJS PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA ME**, estabelecida na rua Jorge Lima, 6, sala 104, parte I, Centro, Mesquita, RJ, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ sob o nº 07.444.187/0001-61, a seguir **CONTRATADA**, neste ato representada por **SÉRGIO LUIZ DOS SANTOS MARTINS**, cédula de identidade nº 04396687453 DETRAN/RJ, inscrito no CPF nº 012.307.527-06 tem justo e acordado o presente Contrato, que é celebrado em decorrência do resultado da licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO SMTE - PE Nº **503/2013**, realizada através do processo administrativo nº 21/000.102/2014, homologada por despacho do Exmº. Sr. Secretário Municipal de Trabalho e Emprego, publicado no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro - D. O. RIO nº 170, de 18/11/2014, que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA - (Legislação Aplicável) - Este Contrato se rege por toda legislação aplicável à espécie, que desde já se entende como integrante do presente termo, especialmente pelas normas de caráter geral da Lei Federal nº 10.520, de 17.07.2002, pelas normas especiais do Decreto Municipal nº 22.941, de 26.05.2003, e no que couber, pelas normas da Lei Federal nº 8.666, de 21.06.93, e suas alterações, pelo Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública do Município do Rio de Janeiro (CAF), instituído pela Lei nº 207, de 19.12.80, e suas alterações, ratificadas pela Lei Complementar nº 1, de 13.09.90, pelo Regulamento Geral do Código supracitado (RGCAF), aprovado pelo Decreto nº 3.221, de 18.09.81, e suas alterações, pelo Código de Defesa do Consumidor, instituído pela Lei Federal nº 8.078/90 e suas

Leticia Cruz
RG. 25.476.28
10/11/14

Sérgio L. Santos Martins
RG: 091579326



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO E EMPREGO

alterações, pela Lei Complementar Federal nº 101, de 4.05.2000, pelo Decreto nº 21.083, de 20.02.2000, pelo Decreto nº 30.648, de 05.05.09, bem como pelos preceitos de Direito Público e pelas regras constantes do Termo de Referência, pela Proposta da Contratada e pelas disposições deste Contrato. A Contratada declara conhecer todas essas normas e concorda em sujeitar-se às suas estipulações, sistema de penalidades e demais regras delas constantes ainda que não expressamente transcritas neste instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA - (Objeto) - O objeto do presente instrumento é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA** para atender as necessidades dos Centros Públicos de Emprego, Trabalho e Renda - CPETR, que são equipamentos da Prefeitura do Rio de Janeiro, coordenados pela SMTE, componentes do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda - SPETR, por um período de 12 (doze) meses, nas condições descritas, caracterizadas e especificadas no TERMO DE REFERÊNCIA parte integrante deste Edital, a ser executado sob a supervisão da SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO E EMPREGO.

Parágrafo Único - Os serviços serão executados com obediência rigorosa, fiel e integral de todas as exigências, normas, itens, elementos, condições gerais e especiais, contidas no Pregão Eletrônico - SMTE nº 503/2014, na solicitação de despesas e no Termo de Referência, bem como em detalhes e informações fornecidas pelo Contratante.

CLÁUSULA TERCEIRA - (Valor) - O valor do presente Contrato é de R\$ 278.996,00 (duzentos e setenta e oito mil, novecentos e noventa e seis reais), cuja composição encontra-se especificada na planilha que constitui o Anexo I do presente instrumento, que dele é parte integrante.

CLÁUSULA QUARTA - DA FORMA E PRAZO DE PAGAMENTO - O pagamento será efetuado mensalmente, sendo que o 1.º (primeiro) faturamento deverá ocorrer após 30 (trinta) dias contados do início da prestação dos serviços, mediante apresentação de Requerimento, Nota Fiscal, Fatura ou Duplicata, devidamente atestados pelo setor competente.

Parágrafo Primeiro - O prazo para pagamento é de até 30 (trinta) dias, contados da data da apresentação de um dos documentos acima citados, através de crédito em conta bancária do fornecedor cadastrado junto à Coordenação do Tesouro Municipal, conforme o disposto na Resolução SMF n.º 2.754, de 17.01.2013, **efetuados em c/c aberta no Banco SANTANDER (Brasil) S.A.**, conforme contrato n.º 103/2011, publicado no D.O Rio nº 195, de 26/12/2011, decorrente de licitação CEL/SMF – PP 01/11, **ou em outro Banco que venha a substituí-lo, nos conformes legais.**

Parágrafo Segundo - Os pagamentos serão efetuados após a regular liquidação da despesa, nos termos do artigo 63 da Lei Federal nº 4.320/64, obedecido ao disposto no artigo 73 da Lei Federal nº 8.666/93.

Leticia Cruz
RG. 25.476.289-1
Luzia

Sérgio Santos Martins
RG. 09.13.79326



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO E EMPREGO

Parágrafo Terceiro - O valor dos pagamentos eventualmente efetuados com atraso sofrerá a incidência de juros de 1% (um por cento) ao mês, calculado *pro rata die* entre o 31º (trigésimo primeiro) dia da data do protocolo do documento de cobrança na Tesouraria da **CONTRATANTE** e a data do efetivo pagamento.

Parágrafo Quarto - O valor dos pagamentos eventualmente antecipados será descontado da taxa de 1% (um por cento) ao mês, calculado *pro rata die* entre o dia do pagamento e o 30º (trigésimo) dia da data do protocolo do documento de cobrança na Tesouraria da **CONTRATANTE**.

Parágrafo Quinto - No caso de erro nos documentos de faturamento ou cobrança, estes serão devolvidos à **CONTRATADA** para retificação ou substituição, passando o prazo de pagamento a fluir, então, a partir da reapresentação válida desses documentos.

Parágrafo Sexto - O pagamento somente se efetivará após comprovação de recolhimento dos encargos previdenciários e FGTS devidos pela **CONTRATADA**.

CLÁUSULA QUINTA - (Garantia) - A **CONTRATADA** prestou garantia na modalidade **Seguro Garantia**, no valor de R\$ 5.579,92 (cinco mil, quinhentos e setenta e nove reais e noventa e dois centavos) equivalentes a 2% (dois por cento) do valor do Contrato, conforme o artigo 445 do RGCAF.

Parágrafo Único - A garantia contratual só será liberada ou restituída com o integral cumprimento do Contrato, mediante ato liberatório da autoridade contratante de acordo com o art. 465 do RGCAF e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente.

CLÁUSULA SEXTA - (Prazo) - O prazo de fornecimento dos serviços será de 12 (doze) meses contados a partir da assinatura do contrato, podendo ser acrescido e o contrato prorrogado por sucessivos períodos, na forma dos artigos 57, inciso II, e 65, da Lei Federal nº 8.666/93 e no regramento previsto no Decreto nº 19.810/01 e suas alterações.

CLÁUSULA SÉTIMA - (Regime de Execução) - O fornecimento dos serviços, objeto do presente contrato, obedecerá ao Termo de Referência de fls. 94/99 do processo nº 21/000.102/2014.

CLÁUSULA OITAVA - (Fiscalização) - A Fiscalização caberá à **Secretaria Municipal de Trabalho e Emprego**, ou a quem dele preposto seja, a quem incumbirá a prática de todos e quaisquer atos próprios ao exercício desse mister, definidos na legislação pertinente, em especial no RGCAF e nas especificações do objeto contidas no Termo de Referência, inclusive quanto à aplicação das penalidades previstas neste contrato e na legislação em vigor.

✱

Leticia Cruz
RG. 25.176.289-
RG: 09157932-6

Letícia Cruz
RG: 09157932-6



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO E EMPREGO

Parágrafo Primeiro - A CONTRATADA declara, antecipadamente, aceitar todas as decisões, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela **Secretaria Municipal de Trabalho e Emprego**, se obrigando a fornecer os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que este necessitar e que forem julgados necessários ao desempenho de suas atividades.

Parágrafo Segundo - Compete à CONTRATADA fazer minucioso exame das especificações dos serviços, de modo a permitir, a tempo e por escrito, apresentar à Fiscalização todas as divergências ou dúvidas porventura encontradas, para o devido esclarecimento, que venham a impedir o bom desempenho do Contrato. O silêncio implica total aceitação das condições estabelecidas.

Parágrafo Terceiro - A atuação fiscalizadora em nada restringirá a responsabilidade única, integral e exclusiva da CONTRATADA no que concerne ao objeto contratado, à sua execução e às consequências e implicações, próximas ou remotas, perante a **Secretaria Municipal de Trabalho e Emprego** ou perante terceiros, do mesmo modo que a ocorrência de eventuais irregularidades na finalização dos mesmos não implicará em co responsabilidade da **Secretaria Municipal de Trabalho e Emprego** ou de seus prepostos.

CLÁUSULA NONA - (Obrigações da Contratada) - São obrigações da CONTRATADA:

I - prestar os serviços de acordo com todas as exigências contidas no Termo de Referência;

II - tomar medidas preventivas necessárias para evitar danos a terceiros, em consequência da execução dos trabalhos, inclusive as que possam afetar os serviços a cargo de eventuais concessionários. Será de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA a obrigação de reparar os prejuízos que vier a causar a quem quer que seja e quaisquer que tenham sido as medidas preventivas acaso adotadas;

III - se responsabilizar pelo ressarcimento de quaisquer danos e prejuízos, de qualquer natureza, que causar a **Secretaria Municipal de Trabalho e Emprego** ou a terceiros, decorrentes da execução do objeto deste Contrato, respondendo por si e por seus sucessores;

IV - atender as determinações e exigências formuladas pelo Contratante;

V - substituir, por sua conta e responsabilidade, os serviços recusados pelo Contratante, no prazo máximo de 3 (três) dias;

VI - se responsabilizar, na forma do Contrato, por todos os ônus, encargos e obrigações comerciais, fiscais, sociais, tributárias, trabalhistas e previdenciárias, ou quaisquer outras previstas na legislação em vigor, bem como por todos os gastos e encargos com material e mão de obra necessária à completa realização dos serviços, até o seu término:

✱

Leticia Cruz
RG. 25.476.289-4
Sérgio D. Santos Martins
RG. 09157932-6



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO E EMPREGO

- i) A CONTRATADA é a única e exclusiva responsável pelos ônus trabalhistas gerados por seus empregados, que porventura serão utilizados por força da execução do presente contrato.
- ii) Em caso do ajuizamento de ações trabalhistas pelos empregados da CONTRATADA ou da verificação da existência de débitos previdenciários, decorrentes da execução do presente contrato pela CONTRATADA, com a inclusão do Município do Rio de Janeiro no polo passivo como responsável subsidiário, o CONTRATANTE poderá reter, das parcelas vincendas, o correspondente a três vezes o montante dos valores em cobrança, que serão complementados a qualquer tempo com nova retenção em caso de insuficiência.
- iii) A retenção prevista na alínea ii será realizada na data do conhecimento pelo Município do Rio de Janeiro da existência da ação trabalhista ou da verificação da existência de débitos previdenciários.
- iv) A retenção somente será liberada com o trânsito em julgado da decisão de improcedência dos pedidos ou do efetivo pagamento do título executivo judicial ou do débito previdenciário pela Adjudicatária.
- v) Em não ocorrendo nenhuma das hipóteses previstas na alínea iv, o CONTRATANTE efetuará o pagamento devido nas ações trabalhistas ou dos encargos previdenciários, com o valor retido, não cabendo, em nenhuma hipótese, ressarcimento à CONTRATADA.
- vi) Ocorrendo o término do contrato sem que tenha se dado a decisão final da ação trabalhista ou decisão final sobre o débito previdenciário, o valor ficará retido e será pleiteado em processo administrativo após o trânsito em julgado e/ou o pagamento da condenação/dívida.
- VII - obedecer às normas trabalhistas vigentes, contidas na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), no que concerne à contratação com vínculo empregatício do pessoal a ser empregado na execução do presente contrato;
- VIII - manter as condições de habilitação e qualificação exigidas no Pregão Presencial durante todo prazo de execução contratual;
- IX - Responsabilizar-se por qualquer prejuízo causado à CONTRATANTE, a seus prepostos ou a terceiros, provocados por ação ou omissão da CONTRATADA, em decorrência de falhas ou imperfeições na execução do contrato;
- X - Responsabilizar-se pelos eventuais danos ou desvios causados aos bens que lhe forem confiados, devendo efetuar o ressarcimento correspondente, imediatamente após o recebimento da notificação da Administração, sob pena de glosa de qualquer importância que tenha direito a receber;
- XI - Garantir absoluto sigilo sobre todos os processos, informações e quaisquer outros dados disponibilizados pela CONTRATANTE à CONTRATADA, em função das peculiaridades dos serviços a serem fornecidos;
- XII - Abster-se, qualquer que seja a hipótese, de veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades, objeto deste Termo de Referência, sem prévia autorização da CONTRATANTE;
- XII - Indicar um profissional para atuar como preposto da empresa para tratar das questões relativas à execução do presente contrato;
- XIII - Esclarecer em tempo hábil eventuais dúvidas e indagações da CONTRATANTE.

★
Leticia Cruz
RG. 25.476.289-4

Sergio J. Santos Martins
RG: 09157132-6



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO E EMPREGO

XIV - Comunicar ao Gestor do Contrato, designado pela CONTRATANTE, qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorra durante a vigência do contrato;

XV - Fornecer os serviços nas condições e prazos estabelecidos pela CONTRATANTE;

XVI - Fornecer os serviços, executando as ações previstas no Termo de Referência, por meio de pessoal devidamente qualificado e capacitado;

XVII - Exigir dos seus empregados, quando em serviço nas dependências da CONTRATANTE, o uso obrigatório de uniformes e crachás de identificação;

XVIII - Manter em seu quadro funcional Responsável Técnico (RT) legalmente registrado no Conselho Regional de Administração - CRA/RJ, tendo suas atividades regulamentadas por Lei.

CLÁUSULA DÉCIMA - (Obrigações do CONTRATANTE) - São obrigações do CONTRATANTE:

I - Realizar os pagamentos na forma e condições previstas;

II - Realizar a fiscalização dos serviços contratados;

III - Fornecer e colocar à disposição da CONTRATADA, todos os elementos e informações que se fizerem necessários à execução do contrato;

IV - Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes ao objeto do contrato, que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;

V - Conferir toda a documentação técnica gerada e apresentada durante a execução do contrato, efetuando sua atestação quando estiver em conformidade com os padrões de informação e qualidade exigidos no contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - (Aceitação do Objeto do Contrato) - A aceitação dos serviços previstos na CLÁUSULA SEGUNDA se dará mediante a avaliação dos fiscais do contrato que constatarão se a execução dos serviços atendeu a todas as especificações contidas no Pregão Eletrônico SMTE nº 503/2014 e no Termo de Referência.

Parágrafo Único. Na recusa de aceitação, por não atenderem às exigências da CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá refazer o fornecimento ou reexecutar os serviços, passando a contar os prazos para pagamento e demais compromissos da CONTRATANTE a partir da data da efetiva aceitação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - (Força Maior) - Os motivos de força maior que possam impedir a CONTRATADA de cumprir as etapas e o prazo do contrato, deverão ser alegados oportunamente, mediante requerimento protocolado. Não serão consideradas quaisquer alegações baseadas em ocorrência não comunicada nem aceitas pela Fiscalização, nas épocas oportunas. Os motivos de força maior poderão autorizar a suspensão da execução do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - (Suspensão da Execução) - É facultado à **Secretaria Municipal de Trabalho e Emprego** suspender a execução do Contrato e a contagem dos prazos mediante justificativas.

Leticia Cruz
RG. 25.476.28
Munira

Stella Martins
RG. 25.476.28

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS - A recusa da Adjudicatária em assinar o Contrato no prazo estipulado no Edital, bem como a inexecução, total ou parcial do contrato, execução imperfeita, mora na execução, qualquer inadimplemento ou infração contratual, a **CONTRATADA**, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal que couber, garantida a defesa prévia, ficará sujeita às seguintes sanções previstas no artigo 7.º da Lei Federal n.º 10.520/02, no artigo 589 do RGCAF e no artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93. As penalidades serão:

- a) Advertência;
- b) Multa moratória de 1% (um por cento) quando verificado atraso no cumprimento da obrigação assumida, aplicada à Adjudicatária ao dia sobre o valor da nota de empenho ou do contrato, ou se for o caso, do respectivo saldo não atendido;
- c) Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do Contrato;
- d) Suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de até 2 (dois) anos;
- e) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração, pelo prazo de até 05 (cinco) anos.

Parágrafo Primeiro - As sanções previstas nesta cláusula podem cumular-se e não excluem a possibilidade de rescisão unilateral do Contrato.

Parágrafo Segundo - As multas deverão ser recolhidas junto à Tesouraria da **CONTRATANTE** no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da publicação no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro - D.O. RIO do ato que as impuser, do qual a **CONTRATADA** terá, também, conhecimento, na conformidade do artigo 595 do RGCAF.

Parágrafo Terceiro - Se, no prazo previsto no parágrafo anterior, não for feita a prova do recolhimento da multa, serão promovidas as medidas necessárias ao seu desconto da garantia prestada, se caução em dinheiro, mediante despacho regular da autoridade **CONTRATANTE**.

Parágrafo Quarto - O valor da multa aplicada também poderá ser pago quando do recebimento da fatura, se assim o requerer a **CONTRATADA**.

Parágrafo Quinto - Nenhum pagamento será efetuado à **CONTRATADA** antes da comprovação do recolhimento da multa ou da prova de sua relevação por ato da Administração, bem como antes da recomposição do valor original da garantia, que tenha sido descontado em virtude de multa imposta.

Parágrafo Sexto - As multas não têm caráter compensatório, e, assim, o pagamento delas não eximirá a **CONTRATADA** de responsabilidade pelas perdas e danos decorrentes das infrações cometidas, conforme previsto no artigo 589 *caput* do RGCAF.

Letícia Cruz
RG. 25.476.289-1
Letícia

Sergio L. Martins
RG: 09157937-6
Sergio L. Martins



Parágrafo Sétimo - Nos casos em que o valor da multa venha ser descontado de caução, o valor desta deverá ser recomposto no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de rescisão administrativa do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS RECURSOS - Contra as decisões que resultarem penalidade, a **CONTRATADA** poderá apresentar, sempre sem efeito suspensivo:

- a) Pedido de Reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis, da ciência que tiver tido das decisões;
- b) Recurso a ser interposto perante a autoridade imediatamente superior, no prazo de 5 (cinco) dias úteis da ciência do indeferimento do Pedido de Reconsideração;
- c) Representação, no prazo de 5 (cinco) dias úteis da intimação da decisão relacionada com o objeto da licitação ou do contrato, de que não caiba recurso hierárquico.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - (Rescisão) - O **CONTRATANTE** poderá rescindir o Contrato nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e no art. 529 do RGCAF, mediante decisão fundamentada, garantida a prévia defesa.

Parágrafo Único - Na decretação da rescisão, a **CONTRATADA** ficará sujeita a multa de até 20% (vinte por cento) do valor do Contrato, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - (Cláusulas Exorbitantes) - Fazem parte do presente Contrato as prerrogativas constantes no art. 58 da Lei Federal nº 8666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - (Dotação Orçamentária) - Os recursos necessários à execução dos serviços ora contratados correrão à conta do Programa de Trabalho **26.01.11.333.0312.2075**, Código de Despesa 3.3.90.37.01, tendo sido empenhada a importância de R\$ 23.250,00 (vinte e três mil, duzentos e cinquenta reais) na fonte 100, através da Nota de Empenho nº 2014/000291, do orçamento em vigor.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - (Foro) - Fica eleito o foro da Cidade do Rio de Janeiro para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato, renunciando as partes desde já a qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - (Publicação) - O **CONTRATANTE** promoverá a publicação do extrato deste instrumento no Diário Oficial do Município no prazo de 20 (vinte) dias contados da sua assinatura, às expensas da Contratada.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - (Fiscalização Financeira e Orçamentária)
- O **CONTRATANTE** providenciará a remessa de cópias autênticas do presente

Leticia Cruz
RG. 25.476.28
Autua

Sergio Santos Martine
RG. 09157982-6

instrumento ao Tribunal de Contas do Município no prazo de 10 (dez) dias, contados da sua publicação.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - (Disposições Finais) - Estipulam as partes que:

a) Nos termos da legislação vigente, é nulo de pleno direito o reajuste de preços com periodicidade inferior a 02 (dois) anos, de acordo com os artigos 1º e 2º do Decreto Municipal nº19.810/01, alterado pelo Decreto n.º 25.240/05.

b) A **CONTRATADA** obriga-se a manter, durante todo o período de execução do Contrato, as condições de habilitação jurídica, qualificação econômico-financeira, regularidade trabalhista e regularidade fiscal exigidas no Edital, que instruiu esta Licitação, onde foram licitados os serviços objeto do presente instrumento e o teor da sua proposta de preço, sob pena de rescisão do contrato.

c) A **CONTRATADA** obriga-se a apresentar a **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas** comprovando a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, nos termos da Lei nº 12.440/11, que deverá ser atualizada antes do término do seu prazo de validade, 180 (cento e oitenta) dias, conforme o art. 55, XIII e 58 III da Lei 8666/93.

d) Os ensaios, os testes e demais provas requeridas por normas técnicas oficiais para a verificação da qualidade dos serviços objeto deste Contrato, correm à conta da **CONTRATADA**.

E por estarem justos e acordados, assinam o presente em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, que também o assinam.

Rio de Janeiro, 01 de dezembro de 2014.

Amto 14.12.
AUGUSTO LOPES DE ALMEIDA RIBEIRO
Secretaria Municipal de Trabalho e Emprego

Sergio L. Santos Martins
SERGIO LUIZ DOS SANTOS MARTINS
AJS Prestação de Serviços Ltda-ME

Testemunhas:

1 - *Leticia da Silva Cruz*
Leticia Cruz
RG. 25.476.289-1

2 -

Patricia M. D. de Almeida
Patricia M. D. de Almeida
Diretora de Administração da SMTE
Mat.: 11/170.340-4

Sergio L. Santos Martins
RG: 09157932-6

ANEXO I

DESCRIÇÃO DO PRODUTO	U/S	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR GLOBAL
Prestação de Serviços de Limpeza para atender as necessidades dos Centros Públicos de Trabalho, Emprego e Renda – CPETR	MÊS	12	R\$ 23.249,67	R\$ 278.996,00

*

Sergio P. Santos Martine
RG: 09.57932-6